MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Direcção-Geral dos Serviços Pecuários

Decreto-Lei n.º 39 122

Nos termos dos Decretos n.ºs 16 131, 26 114 e 27 207, respectivamente de 12 de Novembro de 1928, 23 de Novembro de 1935 e 16 de Novembro de 1936, pode a Direcção-Geral dos Serviços Pecuários utilizar os serviços dos veterinários municipais.

Sucede porém que, apesar da vantagem e evidente economia que para os serviços resultaria da cooperação daqueles técnicos, nem sempre a eles se tem podido recorrer, em virtude da impossibilidade legal de se lhes conceder os indispensáveis abonos de ajudas de custo, quando se torna necessário deslocá-los.

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Os veterinários municipais, quando deslocados da sua residência oficial por motivo de serviço determinado pela Direcção-Geral dos Serviços Pecuários, têm direito às respectivas ajudas de custo e outras

despesas de deslocação, as quais serão liquidadas através das dotações da classe de «Pagamento de serviços e diversos encargos».

§ 1.º Para efeitos de cálculo de ajudas de custo consideram-se os citados técnicos incluídos no grupo L a que se refere o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 26 115, de 23 de Novembro de 1935.

§ 2.º O preceituado neste artigo aplica-se aos casos pendentes.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 4 de Março de 1953. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — Artur Aguedo de Oliveira — Adolfo do Amaral Abranches Pinto — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Viríssimo Cunha — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Manuel Maria Sarmiento Rodrigues — Fernando Andrade Pires de Lima — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — José Soares da Fonseca.

Para ser presente à Assembleia Nacional.